

COMISSÃO ESPECIAL PL 37.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

27 de agosto, 2013

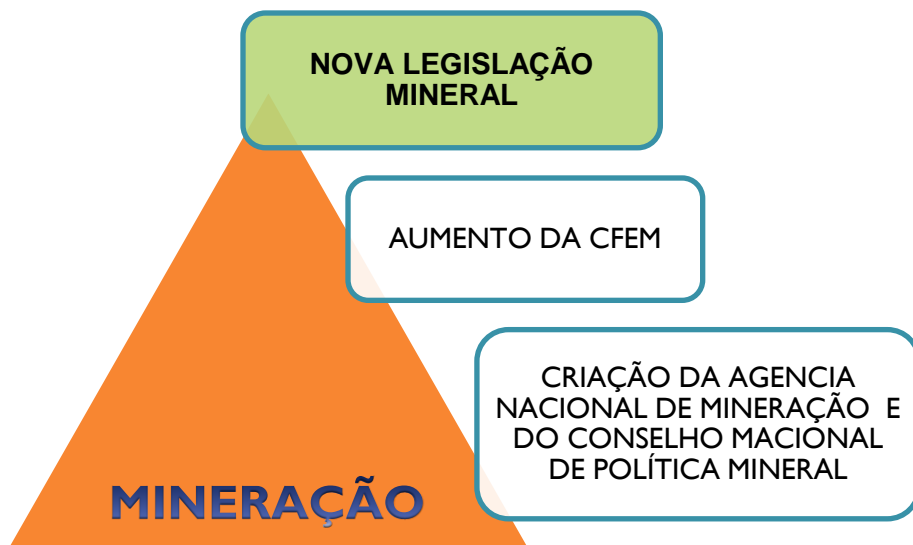
O PL 5.807/13 E SEU IMPACTO NA MINERAÇÃO BRASILEIRA

Elmer Prata Salomão



APÓS MAIS DE 5 ANOS...

O Governo encaminhou à Câmara dos Deputados, em 18/6/2013, com urgência constitucional, o Projeto de Lei (PL nº 5.807/13), que propõe nova forma de acesso ao sub-solo brasileiro, cria a Agência Nacional de Mineração em substituição ao DNPM, e altera a forma e o valor da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CPMF), além de outras providências



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA
MINERAL - ABPM

O PL 5.807/13: O BRASIL FORA DA CURVA

PONTOS CRÍTICOS

- O acesso ao subsolo se dará somente através de processos licitatórios, a critério do Governo.
- A CPRM selecionará as áreas para leilões

REFLEXOS IMEDIATOS

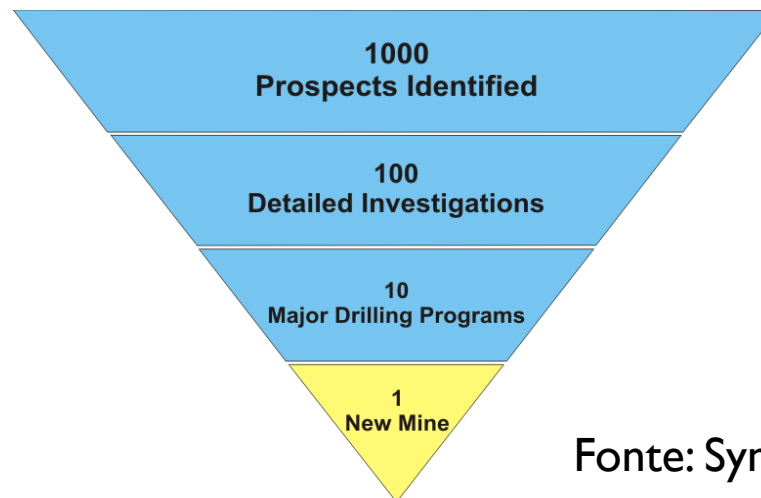
- ✚ Introduz o monopólio sobre os recursos minerais, exatamente como o do petróleo
- ✚ Alija a iniciativa privada da **seleção de alvos** na exploração mineral.
- ✚ Reduz o acesso ao sub-solo a uma mera questão de pagamentos e garantias. Não há mérito para uso de tecnologia, talento, inovação e trabalhos prévios de prospecção para seleção de alvos.
- ✚ Intervencionismo e discricionariedade
- ✚ **Retrocesso na CPRM**, que retorna à sua configuração da década de 1970, incompatível com sua missão como Serviço Geológico

ABANDONANDO O BOM CÓDIGO DE MINERAÇÃO

- O Brasil deveria se orgulhar do seu Código de Mineração. Embora precise ser aperfeiçoado, (como foi em 1996), tem o grande mérito de ser uma legislação estável e duradoura, como convém a uma lei mineral.
- Não há registro de empresas nacionais ou estrangeiras que tenham deixado de investir no Brasil por causa da legislação atual.
- Os princípios jurídicos do Código de Mineração vêm sendo exercitados com sucesso nos últimos 50 anos. Eles têm assegurado investimentos crescentes e aumento da produção mineral acima dos índices nacionais de crescimento.
- Esta destacada *performance* ancora-se em um trio virtuoso: estabilidade política, estabilidade econômica e **estabilidade do marco legal**
- O setor mineral concorda quanto à necessidade de atualizar o Código, sem contudo alterar alguns de seus princípios básicos.

A ÁRDUA TAREFA DE REVELAR UMA JAZIDA

- Os recursos minerais pertencem, constitucionalmente, à União. Mas só têm algum valor quando encontrados, pesquisados, dimensionados e minerados. Sempre coube à iniciativa privada correr o risco de cumprir este ciclo.
- Ao Governo cabe dar competitividade à indústria mineral, disciplinar e fiscalizar o bom aproveitamento dos minerais.
- Encontrar jazidas é tarefa árdua :



Fonte: Synergies Consulting, 2009

Fonte: Synergies Economic Consulting - 2009

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA
MINERAL - ABPM

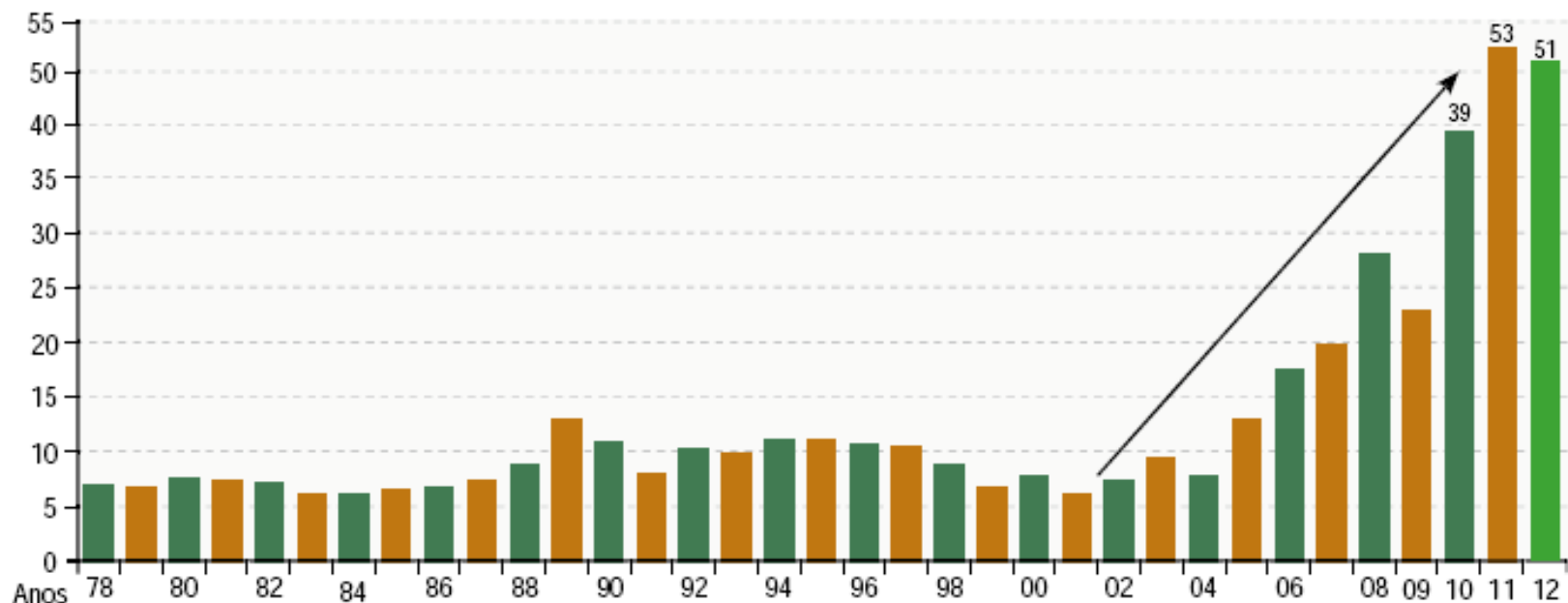
EVOLUÇÃO DOS TÍTULOS MINERÁRIOS NO BRASIL (2002 -2011)



FONTE: DNPM

EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA

EM BILHÕES DE DÓLARES



Fonte: DNPM/IBRAM – 2012

Crescimento 1 década – 550%

2008 até 2012 – 82%

2009 até 2012 – 112,5%

2010 até 2012 – 30%

2012/2011 – -3,7% (estimativa)

■ Estimativa

Não inclui petróleo e gás. Valor médio do ano.

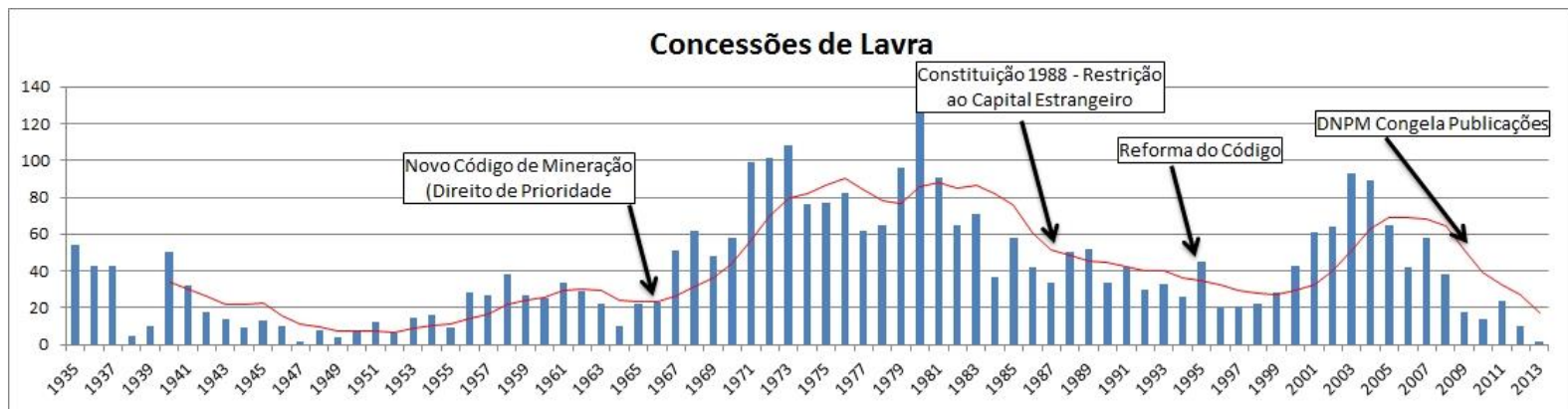
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA
MINERAL - ABPM

O desempenho da exploração

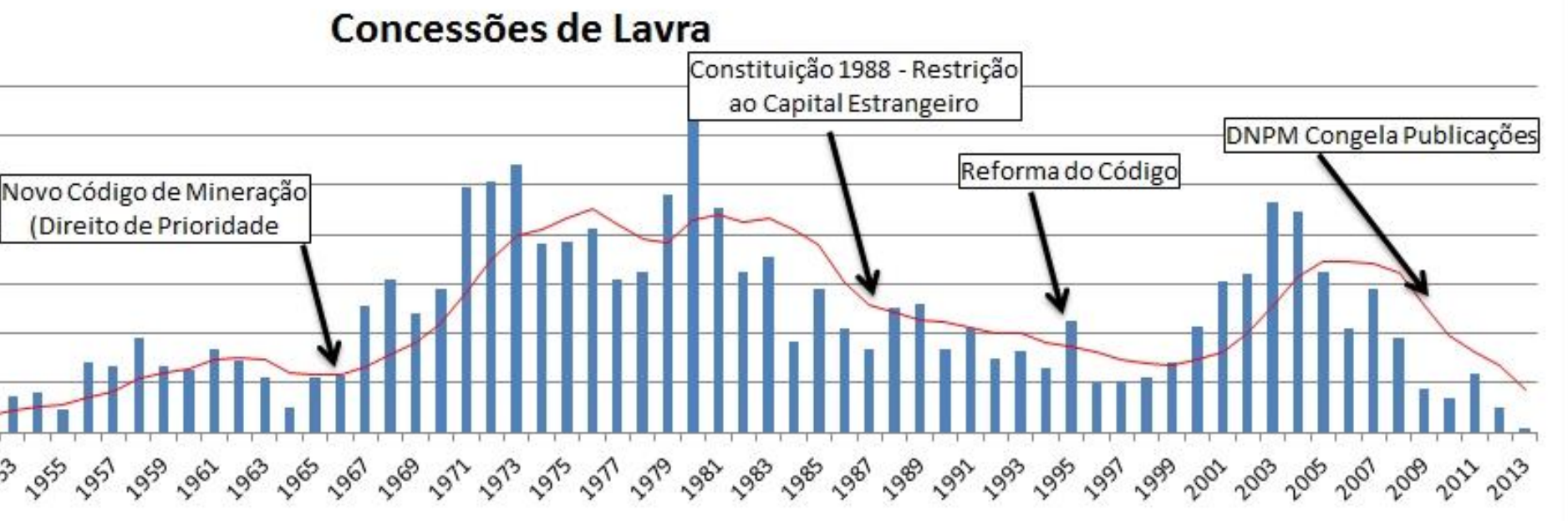
RESERVAS				
Minério	2000	2011	Unidade	%
COBRE	11.833.000	14.284.000	(t concentrado, 2007)	21%
NÍQUEL	2.790.184	13.203.844	(t Ni contido)	373%
FOSFATO	260.000	273.000	(P2O5 x 10 ³)	5%
OURO	1.800	2.400	(kg de ouro contido)	33%
BAUXITA	2.500	2.600	(1.000.000 t)	4%
FERRO	21.000	29.604	(1.000.000 t)	41%

PRODUÇÃO				
Minério	2000	2011	Unidade	%
COBRE	31.786	213.760	(t concentrado)	572%
NÍQUEL	45.317	131.673	(t Ni contido)	191%
FOSFATO	4.805	6.738	(P2O5 x 10 ³)	40%
OURO	42.025	65.209	(kg de ouro contido)	55%
BAUXITA	13.846	31.768	(10 ³)	129%
FERRO	29.604	398.131	(10 ³)	1245%

EVOLUÇÃO DAS CONCESSÕES DE LAVRA



EVOLUÇÃO DAS CONCESSÕES DE LAVRA



PESQUISAMOS MENOS QUE OS NOSSOS CONCORRENTES...

Os investimentos em pesquisa mineral no território brasileiro são muito menores do que nestes países:

Country	Investment (US\$ Millions)	Area (km ²)	US\$ / Km ²
Canada	3.245	9.984.670	325
Australia	2.518	7.741.220	325
USA	1.674	9.826.675	170
Peru	1.195	1.279.996	934
Mexico	1.190	1.943.945	612
Chile	1.035	743.812	1391
Brazil	569	8.459.517	67

AS PRINCIPAIS RAZÕES

- ☐ **Custo Brasil** (*burocracia, licenciamentos ambientais, infra estrutura, corrupção, PERDA DE TEMPO*)
- ☐ *Inexistência de instrumentos regulados de captação de **capitais de risco***
- ☐ **Desaparelhamento** do DNPM
- ☐ **P & D & I**

A LEI MINERAL NÃO É A CULPADA !

COMO LIDAR COM A BUROCRACIA?

- ❑ **Aumenta a burocracia.** Os requerimentos de pesquisa vigentes serão objeto de chamada pública, e os alvarás de pesquisa e requerimentos de lavra adequar-se-ão à nova legislação.

PROCESSOS VIGENTES A SEREM ADEQUADOS À NOVA LEI

	Alvarás	Requerimentos de pesquisa	Requerimentos de lavra	TOTAIS
Rochas e agregados	43.838	13.314	10.830	67.982
Metais e outros	30.112	41.359	18.224	89.695
SOMA	73.950	54.673	29.054	157.677

- ❑ Considerando apenas os metais e outros, são 89.695 processos passíveis de serem absorvidos pela nova lei. Admitindo que apenas 20% sobrevivam às novas exigências (garantias, termos contratuais, etc), serão cerca de 8.000 chamadas públicas e 18.000 contratos a serem elaborados pela nova Agência. Firmando 5 contratos por dia útil, a Agência necessitará de **18 anos** para dar cabo da tarefa, fora o tempo para realizar as chamadas públicas. **Quando ocorrerão leilões ou chamadas públicas de novas áreas?**
- ❑ A performance histórica do DNPM nas disponibilidades:

Total de disponibilidades	13.619
Sem pretendentes	2.354
Julgadas	1.064
Pendentes de julgamento	10.201

ESPECULAÇÃO

- Sobre a especulação: **em 10 anos, apenas 20% dos títulos foram cedidos e transferidos**

PORTARIAS DE LAVRA	3.187
REGISTROS DE LICENCIAMENTO	14.628
PERMISSÕES DE LAVRA GARIMPEIRA	1.522
ALVARÁS DE PESQUISA	143.347
TOTAL (2002-2011)	162.684
CESSÕES DE DIREITOS APROVADAS PELO DNPM NO PERÍODO	32.941

A VISÃO DA ABPM SOBRE OS RESULTADOS DO PL 5.807/13 (SE APROVADO)

COM O AFASTAMENTO DA INICIATIVA PRIVADA COMO PROTAGONISTA DA PESQUISA MINERAL, OCORRERÁ:



Fuga de investidores e empresas, redução drástica dos investimentos privados em pesquisa mineral.



Extinção das equipes de exploração mineral, com consequente desemprego no setor



Retrocesso na geração de informações geológicas básicas devido à nova missão da CPRM



Gigantesca burocratização

Estamos optando pelos rumos do:

- ✓ **Cazaquistão**
- ✓ **Indonésia**
- ✓ **Mongólia**
- ✓ **Guiné**
- ✓ **Mali**
- ✓ **Gabão**

- ✓ **Gana**
- ✓ **Angola**
- ✓ **Zimbabwe**
- ✓ **Equador**
- ✓ **Bolívia**

- Criaram conteúdo nacional
- Suspenderam Outorga
- Criaram o conceito de reserva de interesse estatal
- Aumentaram royalties e IR
- Foco na estatização e monopolização



...quando deveríamos seguir:

- ✓ **Canadá**
- ✓ **Chile**
- ✓ **EUA**
- ✓ **Austrália**
- ✓ **México**

- **Direito de prioridade**
- **Estímulos à pesquisa mineral**
- **Foco na iniciativa privada**



O QUE AS EMPRESAS DE EXPLORAÇÃO MINERAL REIVINDICAM;

- 1. O desdobramento do PL 5.807/13, para aprovação célere da CFEM e da criação da Agência.
- 2. Maior discussão e revisão da parte regulatória do PL, para evitar a paralisia do setor mineral brasileiro.
- **3. Utilização da experiência nacional e internacional do setor privado na formulação do marco legal.**

UMA ÚLTIMA OBSERVAÇÃO

- Os estados e municípios têm seu desenvolvimento mineral diretamente relacionado com o potencial do seu território e com as políticas amigáveis ao investimento privado.
- O PL 5.807/13 concentra nas mãos do Governo Federal o poder político de licitar as áreas em todo o território nacional.
- **Outros governos virão e terão um cheque em branco para usar politicamente este poder**

COM A PALAVRA, NOSSO CONGRESSO NACIONAL.

MUITO OBRIGADO

ABPM

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
EMPRESAS DE PESQUISA MINERAL



www.abpm.net.br